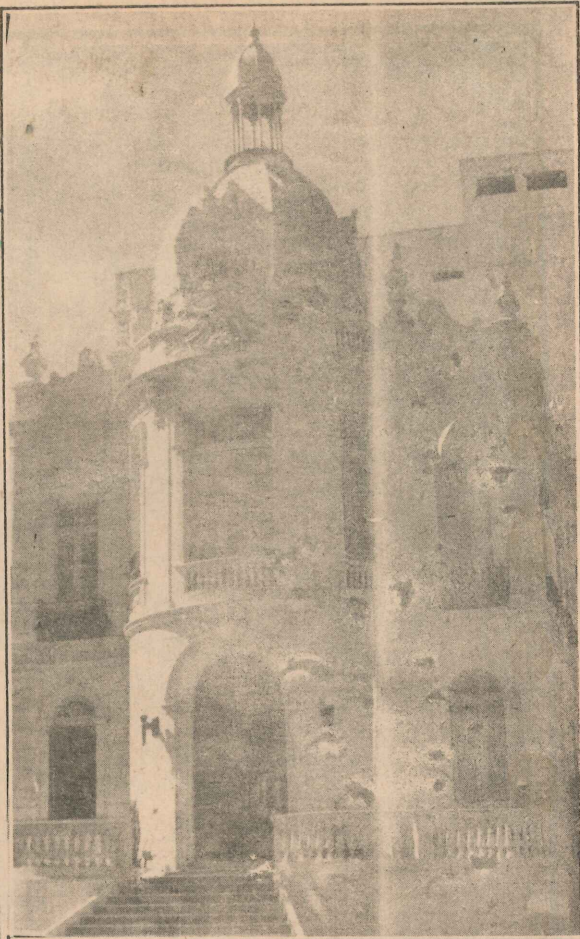


PATRIMÔNIO HISTÓRICO

AJ11. 719

Um importante passo no sentido da preservação da memória capixaba foi dado no último dia 8 de novembro pelo Conselho Estadual de Cultura: O Palácio Anchieta, o prédio da Assembleia Legislativa, o Colégio Maria Ortiz, o Teatro Carlos Gomes, o prédio onde está instalada a Secretaria de Administração e Recursos Humanos, o mercado da Capixaba e o edifício onde funciona o Arquivo Público foram tombados pelo Conselho. Agora eles fazem parte do acervo do Patrimônio Histórico do Departamento Estadual de Cultura.

A Assembleia
Legislativa:
também
incluída
pela decisão
do Conselho
Estadual
de Cultura



O Conselho Estadual de Cultura tomba sete imóveis do Estado

Nilo De Mingo

O processo para o tombamento dos prédios foi encaminhado pelo Departamento Estadual de Cultura ao Conselho Estadual em março e somente depois de oito meses é que o órgão decidiu-se pelo tombamento dos edifícios. A decisão vai facilitar a obtenção de verbas do Estado e da Fundação Pró-Memória da Secretaria de Cultura do Ministério da Educação, que serão utilizadas na restauração e preservação dos imóveis.

O diretor do DEC, Orlando Bonfim, adiantou que a decisão do Conselho em tomar prédios



O prédio da Fafi, por ser da União, não foi tombado. Mas pelo menos criou-se uma comissão visando sua preservação

Conselho em tombando prédios pertencentes ao Estado foi para dar "exemplo". "O Conselho decidiu tomba os prédios do Estado, como forma de exemplo. Assim vamos começar a conservar os edifícios onde o Poder Público está instalado". Dos sete imóveis tombados, o que se encontra em pior estado de conservação é o do mercado da Capixaba.

Atualmente, segundo o diretor do DEC, estão tramitando no Conselho Estadual de Cultura outros processos visando o tombamento de prédios históricos existentes no Espírito Santo e que deverão ser aprovados nas próximas reuniões. Além dos prédios do Estado o Conselho aprovou também o tombamento de vários imóveis particulares em todo o Espírito Santo.

Orlando Bonfim informou que agora o Departamento, através do Serviço de Patrimônio Histórico, irá fazer um cadastramento completo e minucioso tanto da parte externa quanto da parte interna dos prédios tombados e que estão sendo utilizados pelo Poder Público, para saber o que é necessário ser feito em cada um deles. "Esse cadastramento vai nos permitir saber realmente em que situação se encontram os imóveis. Depois disso faremos a restauração nos que necessitam, utilizando para tal verbas do Estado e da Fundação Pró-Memória da Secretaria de Cultura do Ministério da Educação.

Especificamente em relação ao mercado da Capixaba, cuja área interna o DEC quer transformar em teatro, Orlando Bonfim adiantou que o tombamento vai facilitar pelo menos a restauração da parte externa do edifício, embora possa contribuir também para que o prédio passe totalmente para o controle do órgão.

Sobre a situação do prédio e da restauração, o diretor do DEC diz que, seguramente, é o que se encontra em pior estado de conservação e foi muito desfigurado. Houve falta de orientação para os comerciantes que ali se instalaram, no sentido da preservação da estrutura original. Agora, com o tombamento, tentaremos restaurá-lo o mais fiel possível do que era quando da sua construção".

O mesmo, entretanto, não poderá ser feito no Palácio Anchieta, já que do prédio original, construído pelos jesuítas, pouca coisa resta. O Anchieta já sofreu várias reformas e ampliações. Para estes casos, o Patrimônio Histórico tem apenas uma saída: conservar o prédio como ele se encontra atualmente, promovendo, sempre que necessário, obras visando a manutenção da atual arquitetura e impedindo a desfiguração do imóvel.

Além do cadastramento e das obras necessárias, o DEC pretende obter uma legislação que isente de impostos municipais os prédios tombados, sejam eles do poder público ou particulares. Orlando Bonfim disse que no município de Santa Leopoldina, onde existem imóveis tombados pelo Estado, a Câmara Municipal criou uma legislação nesse sentido. "Vamos encaminhar ao Conselho Estadual de Cultura semelhante reivindicação, objetivando a que o Conselho contacte as Câmaras Municipais para isso".

Ainda em relação à legislação, o diretor do DEC diz que vai reivindicar que o Conselho Estadual de Cultura solicite às Câmaras Municipais de municípios onde existam imóveis tombados para que façam leis visando a proteção e a preservação dos prédios. "São Mateus e Santa Leopoldina já possuem leis semelhantes.

Queremos agora estender tais leis para outros locais".

Questionado sobre as razões pelas quais o prédio da antiga Faculdade de Filosofia não foi incluído entre os prédios tombados pela decisão do Conselho Estadual de Cultura, o diretor do DEC esclareceu o seguinte:

— O prédio da Faculdade de Filosofia não foi incluído, entre os imóveis tombados por não pertencer ao Estado e sim à União através da Universidade Federal do Espírito Santo. E ainda porque existem controvérsias a respeito da situação legal do imóvel. Contudo, o Conselho, entendendo que é necessária a preservação do prédio da antiga Fafi, decidiu criar uma comissão específica para tratar de sua preservação.

Esta comissão, segundo o diretor do Departamento, deverá entrevistar-se como reitor da Ufes, Rômulo Augusto Penina, com o objetivo de que este atue decisivamente para que o imóvel seja tombado pela União. "Temos a certeza de que o reitor é solidário à medida, pois mais do que ser um bem da União, o prédio da Faculdade de Filosofia é um patrimônio do Espírito Santo e por isto deve ser conservado e preservado".

Orlando Bonfim informou que a comissão tem a finalidade específica de cuidar do imóvel. "Esta comissão irá atuar no sentido de impedir que o imóvel da Fafi não seja demolido ou continue a sofrer danos pela ação do tempo e pela falta de utilização do seu espaço". O diretor do DEC insistiu em que a utilização do prédio da Filosofia é uma maneira de preservá-lo. "Acho que ele deve ser urgentemente protegido, restaurado e definida uma utilização para o seu espaço. Somente assim ele estará livre da destruição".



O Teatro Carlos Gomes: tombado pelo Conselho, é uma das mais expressivas obras de arquitetura existentes no Estado.



O mercado da Capixaba, com o tombamento crescem as possibilidades da sua transformação em teatro.